

A Jornada Ambiental Brasileira no Continente Gelado

A Antártica, com sua vastidão intocada, ecossistemas e espécies únicas, além de seu papel central na regulação do clima global, é um patrimônio da humanidade que deve ser preservado com o mínimo de interferência. Foi para assegurar essa proteção que, em 1998, entrou em vigor o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente, conhecido como Protocolo de Madri, que declarou o continente como uma Reserva Natural, dedicada à Paz e à Ciência. Desde então, todas as atividades realizadas no continente devem estar em plena conformidade com a proteção ambiental, cuja condução cabe às Partes do Sistema do Tratado da Antártica (STA).



O Brasil se inseriu de maneira definitiva nesse sistema entre 1975 e 1982, exatamente no período intermediário entre a entrada em vigor do Tratado, em 1961, e a adoção do Protocolo de Madri, em 1998. A preocupação ambiental já estava presente desde o texto original do Tratado, mas ganhou corpo sistemático com o Protocolo, que também instituiu o Comitê de Proteção Ambiental (CEP). O CEP funciona de forma permanente, reunindo-se em paralelo às Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM), e atualiza continuamente as medidas de proteção ambiental diante dos desafios contemporâneos e das novas evidências científicas.

No Brasil, a gestão ambiental do PROANTAR é conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pelo IBAMA, que atuam como guardiões das diretrizes estabelecidas pelo Protocolo de Madri e pelo CEP. Por meio da avaliação de impactos, do monitoramento ambiental e da implementação de estratégias de conservação, essas instituições asseguram que as atividades brasileiras na Antártica contribuam para a preservação de um dos ecossistemas mais frágeis e valiosos do planeta. Coube também a elas a coordenação do Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR (GAAm) e a representação brasileira no CEP.

Assim como o STA evoluiu em sua abordagem ambiental, o PROANTAR também viveu marcos importantes. Se o Protocolo de Madri foi o divisor de águas no sistema internacional, no Brasil esse papel coube à criação

das Redes de Pesquisa. Entre 2002 e 2007, o MMA induziu e financiou, em parceria com o MCT/CNPq e a SECIRM, o projeto “Mudanças Ambientais na Antártica: impactos global e local”, que mobilizou duas grandes redes de pesquisa, envolvendo 16 universidades e centros de investigação, além de cerca de 300 pesquisadores.

A Rede 1 estudou os reflexos das alterações ambientais globais na Antártica e seus impactos na América Latina, especialmente no Brasil, integrando análises da atmosfera, do gelo, do solo e do oceano. Já a Rede 2 concentrou-se na Baía do Almirantado, na Ilha Rei George, onde está a Estação Antártica Brasileira Comandante Ferraz, avaliando os impactos das atividades humanas – científicas, turísticas, de apoio e logísticas. Esse esforço inaugurou um modelo inovador de pesquisa integrada em redes, com resultados significativos para a ciência, para a política ambiental brasileira e para o cumprimento do Protocolo de Madri. Pela primeira vez, pesquisadores antárticos uniram forças em torno de objetivos comuns, otimizando recursos, logística e conhecimento.

As redes de pesquisa foram também a base do engajamento brasileiro no Ano Polar Internacional (2007-2008), cujo foco foram as mudanças globais, e abriram caminho para a criação dos dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) voltados à Antártica: o INCT-APA e o INCT da Criosfera.



Desde então, as pressões sobre o meio ambiente antártico só aumentaram, agravadas pela mudança do clima, cujos efeitos no continente gelado têm repercussões globais. Frente a esse cenário, o PROANTAR, com sua moderna Estação Antártica, uma comunidade científica de excelência e décadas de experiência acumulada, tem muito a contribuir para a compreensão e a preservação do meio ambiente antártico.

Celebrar os 50 anos da adesão do Brasil ao Tratado da Antártica é reafirmar esse compromisso: proteger um continente singular, vital para o equilíbrio do planeta, e garantir que a presença brasileira continue pautada pela ciência, pela paz e pela responsabilidade ambiental.

Por: Guilherme Aranha Araújo Ramos, Coordenador do Grupo de Avaliação Ambiental (GAAm/PROANTAR), MMA.

Saiba mais sobre
PROANTAR

